



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Ata nº 176/2026 - CONSUN/UEMA

ASSUNTO:

Ata (176ª) centésima septuagésima sexta Reunião Ordinária do Conselho Universitário da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.

Aos vinte e cinco do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas no Auditório do Núcleo de Tecnologias para Educação - UEMANET, reuniu-se o Conselho Universitário em sessão ordinária, sob a presidência do Vice-Reitor Professor Dr. Paulo Henrique Aragão Catunda, que após a verificação do *quórum* regulamentar, fez a abertura da sessão. Estiveram presentes à reunião os seguintes professores conselheiros: Walter Canales Sant'Ana, Paulo Henrique Aragão Catunda, Thiago Cardoso Ferreira, José Rômulo Travassos de Silva, José Sampaio Mattos Júnior, Ilka Márcia de Souza Serra, Maria Teresinha de Medeiros Coelho, Moisés do Carmo Conceição, Francenilson Campos Moraes, Af Ali Uthant Moreira Lima da Costa, Ana Cristina Ribeiro, Ana Maria Silva de Araújo, Ana Rita Bezerra da Silva, Carlos Alberto Ximendes, Carmem Lúcia de Moraes Costa, Cícera das Dores Cunha Borba, Cinthia Regina Nunes Reis, Deuzimar Costa Serra, Douglas Rodrigues de Sousa, Edna Santana Noleto, Elijames Moraes dos Santos, Erlen Keila Candido e Silva, Fernando Lima de Oliveira, Gilberto Matos Aroucha, Irene Sousa da Silva, Sánara Adrielle França Melo, Jaime de Liege Gama Neto, Jakson dos Santos Ribeiro, Jorge Henrique França Dos Santos, Lília Maria da Silva Gomes, Marcelo Henrique de Vasconcelos Mourão, Maria Célia Dias de Castro, Maria Inez Fernandes Carneiro, Márlisson da Silva Barroso, Meirelene Pereira Fróes Lima, Mirian Santos Chagas de Souza, Nicodemos Araújo Costa, Raimunda Nonata Reis Lobão, Regina Célia de Castro Pereira, Rose Mary Soares Ribeiro, Sergio Noleto Turibus, Thallita Karollaine de Queiroz Pereira Serra, Thiago Allisson Cardoso de Jesus, Valéria Cristina Soares Pinheiro, Vladimir Bezerra de Oliveira, Willy Bauer. Nesta ocasião tomou posse como membro do Conselho Universitário o representante do Sindicato dos Trabalhadores da UEMA/SINTUEMA, o Técnico Administrativo: Francenilson Campos Moraes. Em seguida, foi colocada em discussão a Ata da 175ª Reunião Ordinária e, não havendo manifestações, foi submetida ao regime de votação, aprovada. Passando ao expediente. Inversão de pauta. **Item 03 - Processo n.º (2026.240201.17576) - Graduação:** homologação da Resolução *ad referendum* n.º 1396/2026-CONSUN/UEMA, que Aprova a Oferta do Quadro de Vagas do PAES/2027, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Relator Professor: José Sampaio Mattos Júnior, que iniciou seu relato agradecendo a todos, que ao longo de março até maio fizeram um exercício importante para que nós pudéssemos apresentar o quadro de vagas do PAES 2027. Claro que isso é discutido no colegiado do curso, depois discutido no colegiado de centro, depois vai para a Pró-Reitora de Graduação - PROG. A PROG faz uma análise, volta para o diretor de curso, que

depois faz uma análise que volta de novo para o diretor e aí nós vamos conversando até enviarmos para a SUCONS. Prosseguindo o professor destacou a importância do diálogo para a redução de equívocos e o aprimoramento dos processos institucionais. Ressaltou que, desde 31 de março, vêm sendo conduzidos os trâmites burocráticos necessários, esclarecendo que o processo exige o cumprimento de etapas formais, durante as quais são sanadas inconsistências e ajustadas questões pontuais. Na sequência, passou à apresentação do quadro de vagas para os cursos do Campus São Luís, enfatizando que aquele era o momento oportuno para a manifestação dos presentes quanto a possíveis dúvidas ou observações. Foram então apresentados os quantitativos de vagas e respectivos turnos de oferta dos cursos do Campus São Luís, da seguinte forma: Engenharia Civil, turno diurno, com 70 vagas distribuídas entre o primeiro e o segundo semestre; Engenharia Mecânica Bacharelado, turno diurno, com 40 vagas no primeiro semestre e 40 vagas no segundo semestre, totalizando 80 vagas; Arquitetura e Urbanismo, turno diurno, com 30 vagas no primeiro semestre e 30 vagas no segundo semestre; Engenharia de Pesca, com 30 vagas ofertadas apenas no primeiro semestre; Engenharia de Produção Bacharelado, turno noturno, com atividades aos sábados pela manhã e à tarde, totalizando 60 vagas; Engenharia de Computação Bacharelado, turno diurno, com 80 vagas; Administração Bacharelado, turno vespertino, com 70 vagas; Administração Bacharelado, turno noturno, com atividades aos sábados pela manhã, com 70 vagas; Direito, turno matutino, com 60 vagas; Direito, turno noturno, com oferta exclusivamente no primeiro semestre e 30 vagas; Curso de Formação de Oficiais/Bacharelado em Segurança Pública, com 40 vagas destinadas ao segundo semestre. Nesse momento, o presidente esclareceu que todas as propostas submetidas à apreciação ou ratificação devem necessariamente ser encaminhadas pelos colegiados competentes. Destacou que não é possível realizar alterações ou ratificações durante a reunião de forma isolada, sendo indispensável que o pedido tenha sido aprovado pelo colegiado correspondente e formalmente encaminhado via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), para que a administração possa efetivar a respectiva retificação. Dando continuidade à apresentação das vagas do Campus São Luís, foram registrados os seguintes cursos: Agronomia Bacharelado, com 70 vagas; Medicina Veterinária Bacharelado, com 70 vagas; Ciências Biológicas Licenciatura, turno matutino, com 35 vagas no primeiro semestre; Matemática Licenciatura, turno vespertino, com 40 vagas no primeiro semestre; Pedagogia Licenciatura, turno vespertino, com 40 vagas no primeiro semestre; História Licenciatura, turno matutino, com 35 vagas no primeiro semestre; História Licenciatura, turno noturno, com 35 vagas no segundo semestre; Geografia Licenciatura, com 35 vagas no primeiro semestre; Física Licenciatura, com 30 vagas no primeiro semestre; Química Licenciatura, turno matutino, com 40 vagas no primeiro semestre; Ciências Sociais Licenciatura, turno noturno, com 30 vagas no primeiro semestre; Música Licenciatura, com 30 vagas no primeiro semestre; Zootecnia Bacharelado, turno integral, com 35 vagas no primeiro semestre; Filosofia Licenciatura, turno matutino, com 40 vagas no primeiro semestre; Relações Internacionais Bacharelado, turno vespertino, com 60 vagas; Meteorologia Bacharelado, turno matutino, com 30 vagas no primeiro semestre; Medicina Bacharelado, turno integral, com 80 vagas; Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, turno vespertino, com 35 vagas no primeiro semestre; Ciências Econômicas Bacharelado, turno matutino, com 35 vagas no primeiro semestre; Psicologia Bacharelado, turno noturno, com 40 vagas no primeiro semestre; Inteligência Artificial Bacharelado, turno noturno, com 40 vagas no primeiro semestre; Ciências Biológicas Bacharelado, turno vespertino, com 35 vagas no segundo semestre; Geografia Bacharelado, turno matutino, com 35 vagas no primeiro semestre; e Ciências Sociais Bacharelado, turno noturno, com 35 vagas no primeiro semestre. Foi informado que o conjunto das ofertas do Campus São Luís totalizava, 1.710 vagas. Em seguida, foram apresentadas as vagas referentes ao Campus Caxias. Foram registradas as seguintes ofertas: História Licenciatura, com 40 vagas no primeiro semestre e 40 vagas no segundo semestre, em turno vespertino; Matemática Licenciatura, turno noturno, com 40 vagas no primeiro semestre; Química Licenciatura, com 30 vagas no primeiro semestre; Enfermagem Bacharelado, turno integral, com 35 vagas no primeiro semestre; Medicina Bacharelado, turno integral, com 70 vagas; Geografia Licenciatura, com 40 vagas no primeiro semestre; Ciências Biológicas, turno matutino, com 40 vagas no primeiro semestre; Letras Licenciatura em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e respectivas Literaturas, turno vespertino,

com 30 vagas no primeiro semestre; Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa, turno noturno com atividades aos sábados pela manhã, com 40 vagas no segundo semestre; Física Licenciatura, turno noturno, com 35 vagas no primeiro semestre; Ciências Sociais, turno noturno, com 35 vagas no primeiro semestre; Ciências Naturais, com 30 vagas no primeiro semestre; Pedagogia Licenciatura, turno noturno, com 40 vagas no segundo semestre; Pedagogia Licenciatura, turno matutino, com 40 vagas no primeiro semestre; Fonoaudiologia Bacharelado, turno integral, com 40 vagas no primeiro semestre; e Terapia Ocupacional Bacharelado, com 40 vagas no primeiro semestre. Após a apresentação, o presidente consultou os presentes quanto à correção das informações expostas. Em seguida, esclareceu as alterações promovidas na proposta. Informou que uma das alterações dizia respeito ao curso de Música, cujo colegiado havia solicitado a ampliação para 60 vagas. A matéria foi discutida no âmbito do CEPE, entretanto, considerando as deliberações realizadas e a autonomia do colegiado de curso para discutir a matéria, ficou mantida a oferta de 30 vagas. Também foi esclarecido que houve necessidade de retificação relativa ao curso de Direito. Conforme relatado, por equívoco da Pró-Reitoria de Graduação (PROG), o curso foi inicialmente encaminhado como oferta no turno vespertino, quando o correto era o turno matutino. Para sanar a inconsistência, foi solicitado o encaminhamento formal da retificação, possibilitando a correção da informação para o turno matutino. Por fim, foi informado que, no exercício em referência, não seria ofertado o curso de Tecnologia Agropecuária, constituindo esta última alteração relevante do quadro de vagas apresentado. Encerradas as explicações, o Vice-Presidente, prof. Paulo Catunda, abriu a sessão para a discussão. _O Professor Nicodemos Costa informou que o Curso de Direito aprovou, em Assembleia de Curso, a proposta de oferta de 30 vagas no período matutino e 30 vagas no período noturno. Destacou que a solicitação está fundamentada na ampliação da disponibilidade de docentes, decorrente da realização de concurso público para o curso, que resultou na convocação dos três candidatos aprovados e dos cinco excedentes, bem como no recebimento de professores oriundos de outros *campi*. Ressaltou que a estrutura física disponível é compatível com a proposta, uma vez que as salas do Centro Caixeiral comportam até 30 estudantes por turma, justificando a organização de turmas com esse quantitativo. Informou, ainda, que o curso dispõe de corpo docente suficiente para atender à demanda, defendendo a ampliação da oferta de vagas como forma de ampliar o acesso da sociedade ao ensino superior, mediante a disponibilização de 60 vagas para o Curso de Direito no período noturno. _Professor José Sampaio, esclareceu que em resposta à solicitação de ampliação da oferta de vagas do Curso de Direito, foi informado que a proposta apresentada pelo professor Nicodemos foi considerada pertinente. Contudo, após diálogo entre o Reitor, professor Walter Canales, o professor Hugo Passos, Diretor do Curso, e demais envolvidos, entendeu-se que, por se tratar da primeira oferta do curso no período noturno, seria mais prudente iniciar a implantação de forma gradual. Foi destacado que todos os argumentos relacionados à disponibilidade de docentes e à infraestrutura do curso foram analisados durante as discussões. Ao final, houve consenso entre as partes, sendo formalizada a proposta de oferta de 60 vagas no período matutino e 30 vagas no período noturno, conforme acordo firmado entre a Direção do Curso de Direito e a Administração Superior, proposta esta que passou a integrar o quadro de vagas apresentado ao Conselho. _A conselheira Professora Sanara Melo, esclareceu que, embora o Curso de Direito do Campus São Bento tradicionalmente ofertasse 40 vagas nos turnos matutino e noturno, a coordenação do curso e a direção do campus decidiram não ofertar vagas para o turno noturno neste vestibular, em razão das limitações de espaço físico da unidade. Destacou que o campus dispõe de apenas dez salas de aula, já intensamente utilizadas pelos cursos regulares, programas especiais e atividades acadêmicas realizadas também aos sábados, além da oferta do Curso de Serviço Social. Ressaltou que a medida é temporária e não representa a intenção de extinguir a oferta noturna do curso, mas sim uma adequação necessária às condições atuais de infraestrutura. Na oportunidade, informou ainda que a Universidade optou por suspender, neste processo seletivo, a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária nos quatro campi onde o curso é ofertado. Explicou que a decisão foi tomada por cautela, em conjunto pela Pró-Reitoria de Graduação, direções de campus e coordenações de curso, em razão da necessidade de alinhamentos e discussões prévias junto ao Ministério da Educação - MEC e ao Conselho

Estadual de Educação - CEE. Concluiu que a suspensão não possui caráter definitivo e que a comunidade acadêmica vem sendo informada sobre os motivos da ausência do curso no edital, tratando-se de uma medida institucional de prudência até que as questões pendentes sejam devidamente equacionadas. _Já o professor Jorge França, manifestou preocupação com o cenário atual de ingresso nos cursos de graduação, especialmente [nos Cursos de] Engenharias, destacando que a manutenção de 30 vagas por entrada foi uma decisão deliberada pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE e pelo Colegiado do Curso, apesar de sua posição pessoal favorável à redução para 25 vagas. Complementou que, na primeira chamada do segundo semestre, foram preenchidas apenas 35 das 175 vagas ofertadas no Centro de Ciências Tecnológicas - CCT, registrando-se baixa procura nos cursos, com destaque para a Engenharia Civil, que contou com apenas quatro alunos matriculados. Reafirmou ainda a preocupação com o perfil acadêmico dos ingressantes, em razão dos baixos pontos de corte observados, o que pode contribuir para a retenção e evasão discente. Nesse contexto, destacou os esforços realizados para redução da evasão no Curso de Engenharia de Produção, cuja taxa teria sido reduzida de cerca de 30% para 4%, e defendeu a necessidade de fortalecimento de ações de apoio acadêmico aos estudantes, como a Bolsa de Apoio ao Ensino - BAE, diante das deficiências de formação apresentadas pelos ingressantes. Também chamou atenção para os desafios relacionados ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, relatando que a análise do desempenho dos alunos evidencia dificuldades significativas de aprendizagem e desempenho acadêmico, razão pela qual solicitou uma reflexão institucional mais ampla sobre a oferta de vagas, a permanência estudantil e a qualidade da formação. Em seguida, o professor José Sampaio destacou que a questão apresentada extrapola a realidade das Engenharias e está diretamente relacionada à definição dos quadros de vagas da Universidade. Salientou que, embora existam preocupações quanto ao ingresso de estudantes com baixo desempenho no processo seletivo, a instituição, por sua natureza pública, deve observar o mínimo de 30 vagas por turma. Defendeu a necessidade de realização de uma discussão institucional mais aprofundada, envolvendo diretores de campus, diretores de curso, chefes de departamento e diretores de centro, com o objetivo de estabelecer critérios mais claros para a definição da oferta de vagas. Salientou que as diferenças existentes entre os campi decorrem de estudos técnicos que consideram fatores como infraestrutura disponível, quantitativo de docentes, preceptores e demais condições necessárias ao funcionamento dos cursos, citando como exemplo a definição do número de vagas para o curso de Medicina. Ao final, concordou com a necessidade de ampliar o debate institucional acerca da oferta de vagas e do planejamento acadêmico da Universidade, considerando as particularidades de cada campus e curso. _A conselheira Professora Sánara Melo, relatou as dificuldades enfrentadas pelo Curso de Direito do Campus São Bento em razão da perda de todos os professores efetivos lotados na unidade, ressaltando que essa situação foi um dos principais fatores que motivaram a decisão de não ofertar nova turma no período noturno. Informou que todos os docentes concursados solicitaram transferência para outras localidades, comprometendo significativamente a manutenção das atividades acadêmicas e evidenciando os desafios da política de interiorização da Universidade. Destacou que, atualmente, o curso não conta com nenhum professor efetivo e funciona com onze docentes seletivados, os quais são responsáveis pelo atendimento de oito turmas dos turnos vespertino e noturno, além das demandas decorrentes dos estágios e do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ). Registrou que a administração do campus tem convocado todos os candidatos excedentes disponíveis na tentativa de suprir a carência de pessoal, mas que a situação permanece crítica. Por fim, ressaltou que a escassez de docentes constitui uma justificativa adicional para a não abertura de novas turmas, medida que vem sendo explicada à comunidade acadêmica e aos estudantes, embora gere preocupação e insatisfação diante das limitações enfrentadas pelo curso. _Professora Ilka Serra destacou que a discussão sobre o quadro de vagas para o próximo vestibular deve ser ampliada para toda a Universidade, considerando os desafios relacionados à baixa procura por diversos cursos e às dificuldades de preenchimento das vagas ofertadas. Ressaltou que a UEMA disponibiliza cerca de 4.800 vagas nos cursos presenciais, além das ofertas do PROFITEC, dos cursos de educação a distância e de outros programas institucionais, totalizando um número expressivo de oportunidades de ingresso. Manifestou preocupação com a realidade observada em vários campi,

onde há cursos com baixa demanda e turmas reduzidas, bem como com a dificuldade de fixação de docentes, especialmente em unidades do interior, citando como exemplo a situação do Curso de Direito do Campus São Bento. Apontou a necessidade de discutir, de forma institucional, não apenas a ocupação das vagas, mas também a manutenção de cursos com poucos estudantes matriculados, os impactos dessa realidade sobre a estrutura acadêmica e o modelo de concursos para docentes. Salientou, ainda, que a Universidade deve refletir sobre o futuro de cursos específicos, como Engenharia de Pesca, Música e os novos cursos recentemente criados, a exemplo de Inteligência Artificial, avaliando sua capacidade de atrair estudantes e sua sustentabilidade acadêmica. Ao final, reforçou que o momento exige uma reflexão estratégica sobre a oferta de vagas, a demanda pelos cursos, a gestão do quadro docente e o fortalecimento dos *campi*, visando assegurar a sustentabilidade e o desenvolvimento institucional da Universidade. _Professor Romulo Travassos, concordou com as preocupações levantadas pelos demais membros acerca da baixa procura por determinados cursos e da necessidade de aprofundar o debate sobre a sustentabilidade acadêmica e institucional da Universidade. Observou que a manutenção de cursos com turmas compostas por poucos alunos implica elevados custos para a instituição e levanta questionamentos quanto à motivação de docentes e discentes. Como também a redução progressiva do número de inscritos em alguns cursos é uma realidade observada há vários anos, tornando necessária uma reflexão sobre o futuro dessas graduações e sobre o modelo de concursos docentes, especialmente em áreas altamente especializadas, cujos profissionais possuem limitada possibilidade de aproveitamento em outros cursos. Atentou que a situação é distinta na pós-graduação, em razão do perfil dos estudantes e das metodologias adotadas, mas que, na graduação, o cenário exige atenção especial e planejamento institucional. A conselheira também destacou a preocupação com a queda da demanda por cursos tradicionalmente procurados e com o ingresso de estudantes cada vez menos preparados academicamente, em razão da redução dos pontos de corte nos processos seletivos. Enfatizou a necessidade de a Universidade repensar suas diretrizes e estratégias de atração e permanência estudantil, considerando ainda os impactos da expansão de outras modalidades e instituições de ensino sobre a procura pelos cursos presenciais. Por fim, esclareceu que não existe, formalmente, o instituto da remoção de docentes na UEMA, uma vez que a PROGEPI e a Reitoria não autorizam remoções administrativas por ausência de regulamentação específica e para evitar o esvaziamento dos *campi* do interior. Informou que os casos mencionados de transferência de professores ocorreram em decorrência de decisões judiciais ou situações legalmente amparadas, geralmente relacionadas a questões de saúde, acompanhamento familiar ou determinações de órgãos competentes, não se tratando, portanto, de remoções concedidas administrativamente pela Universidade. _Professora Regina Célia, manifestou preocupação com a crescente dificuldade de fixação de docentes nos *campi* do interior, destacando que, apesar dos esforços institucionais voltados à qualificação do corpo docente, realização de concursos públicos e nomeação de professores efetivos, muitos docentes não permanecem nas unidades para as quais foram designados, comprometendo os avanços esperados nos indicadores de qualidade da Universidade. Ressaltou a necessidade de discutir estratégias que favoreçam a permanência dos professores nos *campi* do interior e assegurem maior estabilidade ao quadro acadêmico. Em relação às licenciaturas, informou que acompanha com preocupação o preenchimento de vagas nos processos seletivos, registrando que alguns cursos apresentam turmas reduzidas, especialmente [os Cursos de] Música, Física e Matemática, embora outras licenciaturas, como [o Curso de] Química, mantenham quantitativo satisfatório de matriculados. Destacou, contudo, que os dados apresentados sobre [os Cursos de] Engenharias demonstram que a baixa procura deixou de ser um problema restrito às licenciaturas, atingindo também cursos tradicionalmente valorizados. A conselheira observou que a redução da demanda pelo ensino superior está relacionada a mudanças no perfil das novas gerações, à ampliação da oferta de cursos presenciais e a distância e à crescente concorrência entre instituições de ensino. Mencionou, ainda, que a expansão de modelos educacionais mais flexíveis tem impactado diretamente a procura pelos cursos presenciais das universidades públicas. Por fim, concluiu que a situação exige uma reflexão institucional sobre a sustentabilidade dos cursos, o investimento realizado na formação e manutenção do quadro docente e a necessidade de fortalecimento de

ações de divulgação e atração de estudantes, como a Mostra de Profissões. Destacou que a Universidade precisa discutir estratégias para garantir o cumprimento de sua missão institucional de formação acadêmica, diante da redução do número de ingressantes e dos desafios enfrentados pelos cursos e departamentos. _Professor Fernando Lima salientou que a preocupação com a redução da procura pelos cursos de Engenharia não é recente, sendo objeto de discussão no Centro de Ciências Tecnológicas - CCT desde anos anteriores, inclusive com debates realizados pela Pró-Reitoria de Graduação e ajustes no quadro de vagas. Ressaltou que a diminuição no número de inscritos e matriculados nos cursos de Engenharia tem sido observada nos últimos anos e pode estar relacionada a diversos fatores, tais como o aumento das opções de cursos disponíveis, a concorrência de outras instituições de ensino superior e a coincidência dos períodos de matrícula com processos seletivos de outras universidades. Esclareceu, entretanto, que os números apresentados na primeira chamada não refletem o quantitativo final de alunos matriculados, uma vez que ainda ocorrem chamadas de excedentes e vagas remanescentes. Informou que, no primeiro semestre, as vagas ofertadas foram praticamente preenchidas após sucessivas convocações, em razão de desistências e da necessidade de complementação das matrículas. Explicou que situação semelhante tende a ocorrer no segundo semestre, destacando que os cursos do CCT possuem, em média, turmas com mais de 20 alunos e que os dados preliminares não indicam a formação de turmas com apenas quatro ou cinco estudantes. Por fim, ponderou que a baixa adesão inicial é uma realidade que vem se repetindo nos últimos anos, mas ressaltou que os processos de convocação complementar costumam ampliar significativamente o número de matriculados, motivo pelo qual recomendou cautela na análise dos dados iniciais apresentados ao Conselho. Em resposta o Professor José Sampaio, manifestou concordância com as preocupações apresentadas pelos demais membros, destacando que a discussão sobre a oferta de vagas, a demanda pelos cursos e a sustentabilidade acadêmica da Universidade não é recente e vem sendo debatida há vários anos. Ressaltou a necessidade de aprofundar e amadurecer esse debate de forma institucional, envolvendo diretores, coordenadores e demais gestores acadêmicos. Informou que a PROG tem acompanhado essa temática e se colocou à disposição para coordenar e consolidar discussões por meio dos fóruns de licenciatura e bacharelado, com a participação dos diversos segmentos da Universidade. Por fim, defendeu que as reflexões e encaminhamentos resultantes desses debates possam subsidiar o planejamento acadêmico e institucional da UEMA para os anos de 2027 e 2028, contribuindo para a definição de estratégias voltadas ao fortalecimento dos cursos e da própria Universidade. Finalizadas as discussões e não havendo mais manifestações, a matéria foi colocada em votação. Aqueles conselheiros que concordam que fiquem como estão, os contrários que se manifestem. Homologado. Neste momento a presidência passa ao Magnífico Reitor professor Dr. Walter Canales Sant'Ana. **Item 01 - Processo n.º (2026.24201.08123) - Administração:** homologação da Resolução n.º 710/2026-CAD/UEMA *ad referendum*, que trata da aprovação da Prestação de Contas do Exercício de 2025, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Relator Professor Thiago Cardoso Ferreira. Ao iniciar seu relato da prestação de contas referente ao exercício de 2025, o professor Thiago informou que o processo retornava à pauta para homologação, em observância aos prazos de submissão cumpridos pela Universidade no primeiro semestre. Esclareceu que, atendidas as exigências legais e institucionais, seria realizada a apresentação das informações consolidadas da prestação de contas do exercício de 2025. Na sequência, solicitou autorização da Presidência para que a contadora Kátia Mariano, chefe da Divisão de Contabilidade da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração - PROPLAD, procedesse à exposição técnica do relatório e dos demonstrativos contábeis correspondentes ao período. A contadora Kátia Mariano, destacou que as demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a legislação aplicável à contabilidade pública, observando as normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, a Lei nº 4.320/1964, a Lei de Responsabilidade Fiscal, os normativos do Conselho Federal de Contabilidade e os decretos estaduais que disciplinam a gestão e a prestação de contas. No que se refere ao balanço orçamentário, informou que a Universidade arrecadou o montante de R\$ 507.819.555,39 (quinhentos e sete milhões, oitocentos e dezenove mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e trinta e nove centavos), sendo a maior parte dos recursos proveniente do Tesouro Estadual. A

despesa empenhada atingiu o mesmo valor, correspondendo a uma execução orçamentária de 97,18% da dotação atualizada, percentual superior ao registrado no exercício anterior. Destacou que as despesas correntes representaram a maior parcela da execução orçamentária, seguidas das despesas de capital. Quanto aos restos a pagar, registrou-se execução de 99,1% dos restos a pagar processados e não processados liquidados, bem como execução de 75,12% dos restos a pagar não processados, índice significativamente superior ao alcançado em 2024. Foi ressaltado que eventuais diferenças na execução decorrem, em grande parte, de fatores externos, como a chegada intempestiva de processos administrativos e situações relacionadas a fornecedores. Em relação ao balanço financeiro, foi informado que os ingressos e dispêndios totalizaram R\$ 691.914.953,62 (seiscentos e noventa e um milhões, novecentos e quatorze mil, novecentos e cinquenta e três reais e sessenta e dois centavos), demonstrando equilíbrio entre entradas e saídas de recursos. Já no balanço patrimonial, o ativo e o passivo encerraram o exercício com saldo de R\$ 182.232.728,18. A apresentação também destacou que a prestação de contas foi encaminhada à Secretaria de Estado de Transparência e Controle - STC em 20 de fevereiro de 2026, dentro do prazo legal, tendo recebido parecer favorável em 20 de março de 2026. Posteriormente, o processo foi submetido ao Tribunal de Contas do Estado - TCE em 31 de março de 2026. Por fim, foi registrado que, conforme parecer da STC, as ações desenvolvidas pela Universidade apresentaram compatibilidade com as metas previstas no Plano Plurianual - PPA 2024–2027 para o exercício de 2025, evidenciando conformidade na execução das ações institucionais e dos recursos públicos. Ao final da apresentação da Prestação de Contas do exercício de 2025, a matéria retornou ao relator para apreciação e destacou que a equipe da PROPLAD permanece à disposição dos conselheiros para esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas às informações apresentadas. Ressaltou que a prestação de contas envolve grande volume de dados, normas e procedimentos técnicos, fundamentados em informações provenientes de órgãos e sistemas de controle, como a STC, o Tribunal de Contas do Estado - TCE e o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF/CGEF). Enfatizou, ainda, a importância do cumprimento rigoroso dos prazos e exigências legais estabelecidos pelos órgãos de controle, a fim de garantir a regularidade dos atos administrativos e evitar a aplicação de sanções à Instituição. O presidente do conselho Universitário colocou a matéria em discussão. _O Professor Douglas Sousa, parabenizou a equipe da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD) pela apresentação da Prestação de Contas do exercício de 2025, destacando a clareza e o caráter didático da exposição, bem como a complexidade e a responsabilidade envolvidas na elaboração e consolidação dos demonstrativos financeiros da Universidade. Ressaltou a importância do orçamento institucional, que historicamente gira em torno de centenas de milhões de reais, e da gestão responsável desses recursos para garantir o funcionamento da Universidade em seus diversos campi, programas e atividades acadêmicas. Destacou que os dados apresentados transmitem segurança quanto à saúde financeira da instituição, especialmente em razão dos elevados índices de execução orçamentária e financeira alcançados, entendendo que esses resultados refletem um esforço coletivo da gestão universitária e não apenas de uma administração específica. Manifestou preocupação com os desafios futuros relacionados à manutenção do orçamento institucional, especialmente diante da mudança de governo prevista para o próximo exercício e das dificuldades recorrentes enfrentadas no início de cada ano, como atrasos em licitações, obras e demais processos administrativos. Por fim, enfatizou que a boa gestão financeira é fundamental para assegurar o funcionamento da Universidade, beneficiando diretamente estudantes, docentes, técnicos e toda a comunidade acadêmica. Registrou, ainda, a importância de se manter o acompanhamento permanente dos gastos institucionais e da busca por alternativas que contribuam para a redução de despesas e para a sustentabilidade financeira da UEMA, ressaltando sua percepção de que a Universidade encerra o ciclo com equilíbrio e estabilidade em suas contas. _Professor Fernando Lima, parabenizou a equipe da PROPLAD, em especial a contadora responsável pela apresentação, pela clareza, objetividade e didática na exposição da Prestação de Contas do exercício de 2025. Destacou o trabalho desenvolvido pela equipe de gestão financeira e orçamentária da Universidade, reconhecendo o comprometimento, a responsabilidade e o profissionalismo na administração dos recursos públicos e na condução do planejamento institucional. Ressaltou a

relevância da manutenção da saúde financeira da Universidade, observando que os indicadores apresentados demonstram equilíbrio e eficiência na execução orçamentária, especialmente no que se refere à execução dos restos a pagar e ao cumprimento das metas financeiras. Destacou que a boa gestão dos recursos é fundamental para assegurar o funcionamento da instituição em todos os seus *campi*, programas e atividades acadêmicas, beneficiando diretamente a comunidade universitária. O conselheiro também manifestou preocupação com os desafios futuros relacionados à manutenção do orçamento institucional, sobretudo em razão das mudanças de governo e das dificuldades enfrentadas no início dos exercícios financeiros, como atrasos em licitações, obras e outros processos administrativos. Por fim, solicitou esclarecimentos sobre a suficiência dos repasses financeiros mensais recebidos pela Universidade para custeio de suas atividades e manutenção das operações institucionais, buscando compreender se os recursos atualmente disponibilizados têm sido suficientes para garantir o funcionamento regular da UEMA. Em resposta aos questionamentos apresentados pelos conselheiros, o Pró-Reitor de Planejamento e Administração, Professor Thiago Cardoso, destacou que a consolidação da gestão financeira da Universidade tem sido resultado de um processo de aprendizagem, aperfeiçoamento técnico e fortalecimento do planejamento institucional. Ressaltou que a equipe da PROPLAD vem atuando de forma permanente no acompanhamento das normas, legislações e procedimentos relacionados à execução orçamentária, possibilitando maior capacidade de negociação e articulação junto ao Governo do Estado. Informou que o planejamento orçamentário para os exercícios futuros deve ser iniciado com antecedência, destacando que o período atual é estratégico para a formulação de projetos, ações e demandas que subsidiarão a elaboração do orçamento de 2027. Explicou que a Lei Orçamentária Anual é construída com base em dados e projeções dos exercícios anteriores, razão pela qual a capacidade de planejamento e previsão da Universidade é fundamental para assegurar recursos compatíveis com suas necessidades. Nesse contexto, ressaltou a importância dos instrumentos de planejamento institucional, como o Plano Maranhão 2050, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e o Plano de Gestão Anual - PGA, como mecanismos que fortalecem a justificativa das demandas junto ao Governo do Estado. Sobre a situação financeira da Universidade, informou que a instituição apresenta estabilidade orçamentária e financeira, registrando que, nos últimos dois anos, não houve problemas significativos relacionados ao custeio das atividades. Esclareceu que o custo mensal aproximado para manutenção da estrutura universitária é de R\$ 14 (quatorze) milhões, valor destinado ao pagamento de serviços terceirizados, bolsas, auxílios e demais despesas necessárias ao funcionamento da Universidade. Segundo o pró-reitor, os repasses estaduais têm ocorrido de forma regular e compatível com as necessidades institucionais, diferentemente do cenário vivenciado em 2023, quando houve restrições mais significativas no fluxo de recursos. Por fim, destacou que um dos principais desafios atualmente enfrentados pela Universidade diz respeito aos processos licitatórios, tanto na UEMA quanto na administração estadual, em razão de atrasos, impugnações e dificuldades operacionais que impactam a aquisição de equipamentos, materiais e serviços. Ressaltou, entretanto, que a PROPLAD mantém diálogo constante com os órgãos governamentais e acompanha continuamente as demandas institucionais, buscando assegurar os recursos e as condições necessárias para o pleno funcionamento da Universidade. Encerradas as discussões sobre a Prestação de Contas do exercício de 2025 e não havendo novas manifestações dos conselheiros, o Presidente submeteu a matéria à votação. Em seguida, solicitando que os conselheiros favoráveis permanecessem como estavam e que os contrários se manifestassem. Não havendo manifestações contrárias, a Prestação de Contas referente ao exercício de 2025 foi homologada por unanimidade pelo Conselho. **Item 02 - Processo n.º (2026.24201.16829) - Graduação:** homologação da criação do Curso Superior de Tecnologia em Apicultura e Meliponicultura no Formato Semipresencial, do Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Relatora Professora Regina Célia de Castro Pereira. Em discussão no Consun, após aprovação prévia no CEPE e no CAD, no turno da manhã, esteve o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Apicultura e Meliponicultura, na modalidade semipresencial, relatado pela Professora Regina Célia. O projeto é resultado do trabalho de uma comissão e dá continuidade às atividades de pesquisa, extensão e parceria com produtores de mel desenvolvidas pelo saudoso Prof. José de Ribamar Silva Barros,

na chefia do Departamento de Biologia/CECEN, que idealizou a oferta do Curso Tecnólogo, considerando que a UEMA já oferta o Curso Técnico em Meliponicultura. O curso tem por objetivo capacitar profissionais para atuar em toda a cadeia produtiva do mel e de outros produtos apícolas, desde o planejamento e instalação de apiários e meliponários até o manejo, produção, beneficiamento, controle de qualidade e comercialização. Sua criação tem fundamento na Resolução nº 1816/2024-CEPE/UEMA, na Resolução nº 1860/2024-CEPE/UEMA, no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do MEC, na Resolução CNE nº 1/2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, e nas normas do Conselho Estadual de Educação do Maranhão. O perfil do egresso prevê profissionais aptos a planejar, implantar, gerenciar e avaliar empreendimentos apícolas e meliponícolas com espécies exóticas e nativas, prestar assistência técnica, desenvolver projetos e pesquisas aplicadas, analisar viabilidades técnica, econômica e ambiental, e propor estratégias de mercado e políticas públicas, com base em conhecimentos técnicos, gestão, empreendedorismo e responsabilidade socioambiental. A estrutura curricular tem duração mínima de 4 e máxima de 6 semestres, totalizando 134 créditos e 2.010 horas, com funcionamento presencial de terça a sábado, das 8 horas às 17 horas, nos polos, e distribuição de 50% de presencialidade e 50% de atividades assíncronas, incluindo 10% de curricularização da extensão. A carga horária compreende 480 horas de formação geral, 945 horas de formação específica, 210 horas de optativas, 120 horas de formação livre, 45 horas de atividades complementares, 120 horas de prática supervisionada e 90 horas de TCC, com componentes curriculares de abrangência interna e externa à instituição. Sem manifestações contrárias, o curso foi homologado por unanimidade, seguindo o parecer favorável da relatora. **Item 04 - Processo n.º (2026.24201.08162) - Graduação:** aprova o Regimento Interno do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, da Universidade Estadual do Maranhão/UEMA. Relator Professor José Sampaio Mattos Júnior, que iniciou seu relato explicando que se trata da minuta do Regimento Interno do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID/UEMA, cujo objetivo geral é fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o fortalecimento da formação de professores em nível superior e para a melhoria da qualidade da educação básica pública brasileira. Entre os objetivos específicos destacam-se: incentivar a formação de professores para a educação básica, fortalecer os cursos de licenciatura da IES, enriquecer a formação teórica e prática dos licenciandos, promover a integração entre a educação superior e a básica, inserir os bolsistas no cotidiano das escolas públicas e valorizar essas escolas como espaços privilegiados de formação inicial para o magistério. O regimento estrutura-se nos seguintes capítulos: características do programa, composição da equipe, atribuições dos bolsistas, seleção, suspensão e desligamento, acompanhamento e egresso, registro de atividades e avaliação. A equipe é composta pelo Coordenador Institucional, Coordenador de Gestão de Processos Educacionais, Coordenadores de Área, Coordenadores de Subprojetos, Professores Supervisores das escolas públicas e Licenciandos bolsistas, incluindo representações de São Luís e Caxias, conforme destacado na sessão. Atualmente, o programa contempla 551 bolsas de iniciação à docência, 72 supervisores, 24 coordenadores de área, totalizando 625 bolsas, e atua em 558 escolas dos municípios de Bacabal, Caxias, Lago da Pedra, Pinheiro, São Luís e Timon, com visitas técnicas da coordenação previstas para agosto. Considerando o desempenho no ENADE e a demanda apresentada, há possibilidade de ampliação de vagas e inclusão de novos polos em editais futuros. Após discussão, o Presidente submeteu a matéria à votação e com o compromisso de realização de reunião ampliada com todos os *campi* para aprofundar as questões apontadas, o Regimento Interno do PIBID foi homologado por unanimidade, seguindo o voto do relator. **Item 05 - Processo n.º (2026.24201.09449) - Pós-Graduação:** Aprova o projeto de curso de pós-graduação *lato sensu* em Alfabetização, modalidade à Distância, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Relatora Professora Elijames Moraes dos Santos, informou que o curso é resultado de esforço coletivo e institucional, construído com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais e demais legislações pertinentes, em diálogo com boas práticas de outras instituições de ensino e pesquisa do país. Tem como objetivo formar professores alfabetizadores com embasamento teórico-metodológico, críticos e conscientes, a partir das pesquisas atuais sobre linguagem, leitura e escrita. Será ofertado de forma modular, na modalidade EAD, com início em

agosto de 2026 e término previsto para fevereiro de 2028, carga horária total de 450 horas e 510 vagas. O público-alvo é graduado em Pedagogia Licenciatura e Letras Licenciatura, com titulação de Especialista em Alfabetização e Trabalho de Conclusão de Curso no formato de artigo científico. O ingresso do corpo docente ocorrerá por processo seletivo, mediante edital. A matriz curricular compreende 13 componentes: Ambientação em EAD; Política de Alfabetização no Brasil; Teorias da Aprendizagem e Alfabetização da Criança; Psicogênese e Aquisição da Língua Escrita; Leitura e Escrita no Contexto Multicultural; Alfabetização de Jovens e Adultos; Métodos de Alfabetização; Letramento, Alfabetização e Matemática nos Anos Iniciais; Metodologias Ativas na Alfabetização; Psicomotricidade; Ludicidade na Alfabetização; Seminário de Produção de Projeto de Pesquisa; e TCC. Inicialmente serão contemplados os polos de Açailândia, Água Doce do Maranhão, Balsas, Bom Jesus das Selvas, Cantanhede, Caxias, Colinas, Fortaleza dos Nogueiras, Imperatriz, Paraibano, Penalva, Pinheiro, São Domingos do Maranhão, São João dos Patos, São Luís, Timon e Zé Doca, com adesão de outros *campi* em andamento, conforme informado pela Professora Lígia Tchaika. O voto da relatora é pela homologação, esse curso vai ser bem acolhido em todos os *campi*, polos EAD, que não estão aqui representados pelos *campi*, e servirá também de fortalecimento da formação profissional na nossa região. Após discussão, o Presidente submeteu a matéria à votação. Não havendo manifestações, o curso foi homologado por unanimidade, seguindo o voto favorável da relatora. **Item 06 - Processo n.º (2026.24201.12243) - Pós-Graduação:** homologação do projeto de curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Linguística e Ensino de Língua Materna, Campus Caxias da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Relatora Professora Valéria Cristina Soares Pinheiro, informou que o curso tem como coordenadora a Professora Mestre Cláudia Mota e como vice-coordenadora; a Professora Dra. Maura Regiane, ambas do Departamento de Letras. Justifica-se pela necessidade de atender profissionais de Língua Portuguesa e Língua Inglesa da Região dos Cocais, reconhecendo seu papel no desenvolvimento regional e suas demandas de formação continuada em conhecimentos linguísticos. Tem como objetivos aprofundar, em nível de especialização, os estudos linguísticos e o ensino de línguas; discutir correntes linguísticas e suas aplicações em sala de aula; incentivar a pesquisa na área; e fornecer subsídios teórico-metodológicos para o ensino de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Libras. O curso será presencial, modular, gratuito, com início em agosto de 2026 e término em agosto de 2027, 44 vagas e carga horária de 420 horas, destinado a graduados em Letras e áreas afins da rede pública, privada e profissionais afins de Caxias e região. O corpo docente é formado por 9 doutores, 4 mestres e 1 especialista, com 14 disciplinas de 30 horas cada, distribuídas em três módulos: 1º módulo - Aquisição da Linguagem, Psicolinguística, Estruturalismo, Semântica e Pragmática; 2º módulo - Sociolinguística, Linguística Cognitiva Aplicada ao Ensino de Línguas e Seminário de Pesquisa; 3º módulo - Análise do Discurso, Linguagem e Tecnologias, Multiletramentos, Sociolinguística e Multilinguismo, Libras, Discurso e Enunciação e Seminário de Projeto de Pesquisa. A gestão financeira será do Instituto de Apoio à Ciência, Educação e Tecnologias de Caxias - IACETEC, com taxa de inscrição e matrícula de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), sem mensalidades. As aulas ocorrerão em três semanas consecutivas, às quartas e quintas, das 18h30 às 21h50, no Campus Caxias, totalizando 10 horas semanais, e após as disciplinas o discente terá até 6 meses para defesa do TCC em formato de artigo científico. Os 14 professores colaborarão de forma voluntária, com registro de horas no PAD, mediante acordo, pois o curso não possui financiamento. Encerradas as explicações, o presidente abriu a sessão para a discussão. O professor Jakson dos Santos destacou a importância do diálogo com a sociedade e das demandas de formação continuada. Houve debate sobre o título “Língua Materna” versus “Língua Portuguesa”, com esclarecimento de que “língua materna” abrange a diversidade linguística, incluindo línguas indígenas e variantes, sendo, portanto, mais amplo e pertinente ao escopo do projeto. Após discussão, o Presidente submeteu a matéria à votação. Não havendo manifestações, o curso foi homologado por unanimidade, seguindo o voto favorável da relatora. Neste Momento o presidente concedeu a palavra ao representante da Assessoria de Comunicação da UEMA, Lucas Vieira, que apresentou orientações sobre as restrições de comunicação institucional durante o período eleitoral de 2026. Foi informado que, em atendimento às determinações da legislação eleitoral e às orientações da Secretaria de Estado da Comunicação e da Procuradoria-Geral do Estado, a Universidade deverá

adequar suas práticas de divulgação a partir de 4 de julho, período em que passam a vigorar as vedações eleitorais. O expositor esclareceu que, durante o período eleitoral, os perfis institucionais da UEMA, dos *Campi*, Centros, Pró-Reitorias e demais Unidades Administrativas não poderão divulgar ações, eventos, inaugurações, pesquisas, projetos, resultados institucionais ou qualquer conteúdo que possa ser interpretado como promoção de gestão pública ou de agentes políticos. Também informou que todas as publicações existentes nos perfis institucionais deverão ser arquivadas preventivamente, a fim de evitar interpretações indevidas ou utilização das informações em contextos eleitorais. Foi destacado que permanecem autorizadas apenas divulgações estritamente informativas e de utilidade pública, como editais, cronogramas, processos seletivos, períodos de matrícula, pagamento de bolsas e outras informações essenciais, mediante alinhamento prévio com a Assessoria de Comunicação e, quando necessário, com a Assessoria Jurídica da Universidade. Ressaltou-se ainda que a marca do Governo do Estado não poderá ser utilizada em nenhuma comunicação institucional durante o período de vedação. Durante os esclarecimentos, os conselheiros apresentaram dúvidas relacionadas à realização de colações de grau, eventos acadêmicos, inaugurações, utilização de auditórios da Universidade, divulgação de projetos de pesquisa, perfis de cursos, laboratórios e processos eleitorais internos da instituição. Em resposta, foi esclarecido que os eventos poderão continuar sendo realizados normalmente, porém sem divulgação pelos canais institucionais da UEMA, devendo ser observados os cuidados previstos na legislação eleitoral. Também foi informado que perfis acadêmicos de cursos, grupos de pesquisa e laboratórios possuem tratamento distinto dos perfis institucionais, desde que as publicações mantenham caráter estritamente acadêmico e não institucional. Ao final, a Assessoria de Comunicação colocou-se à disposição para prestar orientações específicas aos gestores e responsáveis pelos canais de comunicação dos campi e unidades administrativas, comprometendo-se a encaminhar circular com orientações resumidas sobre os procedimentos a serem adotados durante o período eleitoral. O presidente reforçou a necessidade de observância rigorosa das orientações apresentadas, destacando a responsabilidade institucional dos gestores na prevenção de eventuais irregularidades e sanções decorrentes do descumprimento da legislação eleitoral.

Item 07 - Processo n.º (2026.24201.13944) - Homenagem: aprovação da denominação do auditório do Curso de História, CECEN/UEMA, como: “Auditório Professor Paulo Rios”, em homenagem ao professor Paulo Roberto Rios Ribeiro (*in memoriam*). Relatora Professora Regina Célia de Castro Pereira e apresentação professor Dr. Carlos Alberto Ximendes, Chefe do Departamento de História, que justifica a homenagem que integra as atividades dos 30 anos do Curso de História presencial, completados em 2025, período em que o Departamento [História], juntamente com o Colegiado do Curso, prestou tributo a alunos da primeira turma, servidores e docentes. Natural de Barão de Grajaú, o Professor Paulo Rios foi graduado em História pela UFMA, mestre em História do Brasil pela UFPE e doutor em Políticas Públicas pela UFMA. Foi docente do Departamento de História de 1999 a 2006, sendo o primeiro professor aprovado no concurso para o curso. Atuou com dedicação à instituição como professor e pesquisador, destacou-se na defesa da educação pública de qualidade, teve forte militância acadêmica e nos movimentos de valorização dos professores e técnicos, e deixou legado de ética e competência. A nomeação expressa o respeito e a admiração da comunidade acadêmica, reconhece sua contribuição para a consolidação do Curso de História da UEMA, hoje com mestrado e doutorado bem avaliados pela CAPES, e visa perpetuar sua trajetória para as futuras gerações. Sem manifestações contrárias, o parecer da relatora é favorável a homologação da matéria. O presidente abriu a sessão para a discussão. _o conselheiro Francenilson Moraes, manifestou apoio à homenagem proposta, parabenizando o Curso de História pela iniciativa e registrando seu reconhecimento à trajetória do homenageado. Destacou ter convivido com o professor Paulo Rios tanto no ambiente acadêmico quanto em espaços de atuação social e política, ressaltando sua militância e contribuição em defesa da Universidade, dos docentes e dos servidores técnicos. Salientou que o homenageado sempre esteve comprometido com as causas coletivas e com o fortalecimento da comunidade universitária. Enfatizou a importância de preservar a memória institucional e de reconhecer as contribuições daqueles que participaram da construção da história da Universidade, afirmando que homenagens dessa natureza são justas e necessárias. Por fim, reiterou seu apoio à proposta,

parabenizando os docentes responsáveis pela iniciativa e destacando que a valorização da memória contribui para a preservação da história e dos valores institucionais. A proposta foi homologada por unanimidade. Neste momento a Presidência passa ao Vice Presidente do Conselho Universitário, professor Dr. Paulo Henrique Aragão Catunda. **Item 08 - Processo n.º (2026.24201.14744) - Homenagem:** propõe criação da Medalha Honra ao Mérito Universitário - UEMA 45 Anos, e dá outras providências. Relator Professor Professor Walter Canales Sant'Ana. Iniciou seu relato explicando que a proposição está seguindo o modelo instituído nos "40 anos da UEMA", a medalha é uma condecoração a 45 parceiros da instituição, pessoas físicas ou jurídicas, internas ou externas, a ser entregue em cerimônia no mês de dezembro, quando a Universidade completará 45 anos em 30 de dezembro desse ano, embora a celebração se estenda ao longo de 2026, com materiais gráficos, broches, camisetas e identidade visual já produzidos. A lista dos agraciados será submetida posteriormente ao CONSUN. Houve questionamento sobre o termo "revestida em ouro", esclarecendo-se que se trata de acabamento dourado. O Relator sugeriu consultar aos conselheiros via formulário eletrônico, com envio de minicurrículo, para subsidiar comissão de seleção com critérios básicos, podendo incluir campanha de indicação pela Assessoria de Comunicação. O debate definiu diretrizes começando as discussões pela professora Ilka Serra que lembrou que nos 40 anos houve divisão por categorias gestores, docentes e parceiros externos e defendeu que a homenagem considere toda a trajetória de 45 anos, e não apenas os últimos cinco. _o Professor Carlos Ximendes ao qual foi cedida a palavra pelo presidente, propôs priorizar novos nomes, não agraciados em edições anteriores. _a Professora Deusimar Serra e a Professora Ana Rita destacaram a necessidade de reconhecer diretores de *campi* e parceiros municipais, como prefeitos e secretários que apoiam os *campi* com transporte e alimentação para o Núcleo de Apoio ao Bolsista - NAB, sugerindo ao menos um homenageado por município. _o Professor Fernando Lima e o Professor Vladimir Bezerra apoiaram a iniciativa e o reconhecimento dos parceiros da ponta. _a Professora Rose Mary ratificou o alcance temporal dos 45 anos e sugeriu outras formas de homenagem além da medalha. _o técnico administrativo Francenilson Moraes defendeu a valorização da "prata da casa", como APRUEMA, ASSUEMA e SINTUEMA e servidores. Ao final, o Relator acatou as sugestões e propôs manter as 45 medalhas e criar um título complementar, "Amigo ou Parceiro da UEMA", para outros reconhecimentos, com definição posterior das categorias e logística do evento em São Luís. A proposta, com essa inclusão, foi homologada por unanimidade. **Item 09 - Processo n.º (2026.24201. 17540) - Institucional:** proposta de resolução que convoca a comunidade universitária para a eleição de Reitor e Vice-Reitor. Relator Professor Thiago Cardoso Ferreira. Que iniciou seu relato indicando as seguintes informações. Bom, senhores conselheiros considerando o processo, apresento a proposta de resolução para convocar a comunidade universitária para a eleição da composição da lista tripartite para os cargos de reitor e vice-reitor, fixando a data de 14 de setembro de 2026. A eleição será realizada em sistema eletrônico, sob a responsabilidade da Coordenação de Tecnologia da Informação - CETIC, vinculada à Pró-Reitoria de Infraestrutura. Estabelecemos aqui, seguindo fielmente o Estatuto e as resoluções vigentes, as condições para que possamos realizar, no dia 14 de setembro, a votação para reitor e vice-reitor desta Universidade. Dessa forma, devolvo a palavra ao nosso Presidente do Conselho, professor Walter, para discussão. Bem, senhores conselheiros, lembrando que este é um ato legal previsto em nossas resoluções e em nosso Regimento, temos a antecedência necessária para trazer aos Conselhos esta resolução que deflagra o início do processo eleitoral. Em seguida, teremos os demais passos, sendo o primeiro deles a constituição da Comissão Eleitoral. Neste momento, estamos apresentando a resolução que dá o início ao processo, constituindo-se em instrumento legal indispensável. Assim, coloco a matéria em discussão pelos nossos conselheiros. Quanto à definição da data, como ocorreu nas outras vezes, a proposição já foi estabelecida observando os prazos legais. Antecipando uma possível manifestação do professor Thiago Cardoso, e como sempre destaca o professor Gilson Mendonça, fazemos esse planejamento olhando de trás para frente: considerando as eleições para governador, a nomeação do reitor e do vice-reitor pelo governador e, a partir daí, retrocedendo até a data de hoje para iniciar todo o processo. Lembro também que caberá à Comissão Eleitoral estabelecer e definir todos os prazos que regerão este processo até a realização da eleição no dia 14 de

setembro. Então, em discussão. _Professor Douglas Sousa questionou o porquê da eleição ser na segunda-feira? Em resposta, professor Thiago Cardoso explicou o seguinte: Os conselheiros querem o dia 15 de setembro? Apenas para reforçar o que foi mencionado pelo nosso Presidente do Conselho, professor Walter, essas datas são definidas justamente em função dos prazos que precisam ser observados. Quando propomos uma data mais antecipada, isso nos dá maior segurança, pois precisamos permanecer dentro do período letivo. O período letivo começa, salvo engano, em 10 de agosto, o que nos permite realizar o processo dentro desse calendário acadêmico. A ideia também é termos uma margem de tempo adequada, considerando que podem ocorrer diversas situações ao longo do processo, como eventuais impugnações e outros procedimentos que demandem análise e deliberação. Precisamos desse prazo para garantir o bom andamento de todas as etapas e para que possamos contar, em tempo hábil, com a indicação do governador para a nossa Universidade. Portanto, a definição da data está muito mais relacionada a essas questões e à observância dos prazos necessários para a condução segura do processo. Em complemento Professor Walter Canales acrescenta: também tenho experiência nesse processo. Normalmente, encerramos a campanha no fim de semana e realizamos a eleição na segunda-feira. No entanto, ela pode ocorrer na terça, na quarta ou na quinta-feira. Claro que, se a mudança fosse da segunda para a sexta-feira, isso poderia impactar a questão dos prazos e afetar o andamento de alguma etapa. Agora, da segunda para a terça-feira, não vejo problema. Então, terça-feira? Dia 15 de setembro. Sendo assim, vamos acatar a proposta. A matéria continua em discussão, e esta é a primeira proposição apresentada. _Com a palavra Professor Vladimir Bezerra, esta proposta tem apenas o objetivo de dar início ao processo eleitoral. A partir dela, será constituída a Comissão Eleitoral, que ficará responsável por definir as regras e os demais procedimentos. Lembro que, neste ano, além da eleição para reitor e vice-reitor, também teremos eleições para direção de campus, direção de centro, chefia de departamento e coordenação de curso, que ocorrerão posteriormente. Por essa razão, eu manteria a data proposta para a segunda-feira. Além das demais atividades previstas, como destacou o professor Thiago, é importante considerar a possibilidade de recursos e outras demandas que possam surgir ao longo do processo. Portanto, não vejo nenhum problema em manter a eleição na segunda-feira. O Presidente questionou se havia mais alguma manifestação por parte dos conselheiros. Não havendo novas considerações, informou que devolveria a palavra ao professor Thiago para dar prosseguimento aos encaminhamentos e, se necessário, submeter a matéria à votação. Em seguida, devolveu a palavra ao professor Thiago para a continuidade da discussão e dos encaminhamentos pertinentes. O professor Thiago dirigiu-se ao Presidente do Conselho, professor Walter, destacando que, diante das manifestações apresentadas e da ausência de objeções por parte dos conselheiros, seria possível encaminhar a matéria para deliberação. Em seguida, solicitou orientação sobre a forma de votação, considerando as propostas das datas de 14 e 15 de setembro para a realização da eleição. O Presidente destacou a importância de que a decisão fosse tomada de forma democrática. Informou que havia sido apresentada a proposta inicial de realização da eleição no dia 14 de setembro, bem como a sugestão de alguns conselheiros para que ela ocorresse no dia 15 de setembro. Diante disso, submeteu as duas propostas à apreciação do Conselho, iniciando a votação pela data de 14 de setembro, segunda-feira, observando que a eleição seria realizada por meio eletrônico. Em seguida, foi realizada a votação da proposta de alteração da data da eleição para o dia 15 de setembro. Após a contagem dos votos, registrou-se o resultado de 14 votos favoráveis ao dia 14 de setembro e 13 votos favoráveis ao dia 15 de setembro, permanecendo, portanto, aprovada a data de 14 de setembro para a realização da eleição. O Presidente informou que ainda havia outros aspectos do processo eleitoral a serem tratados em conformidade com o Regimento das Eleições, colocando-se à disposição para eventuais consultas dos conselheiros. Na sequência, devolveu a palavra ao professor Thiago. O professor Thiago informou que, além da definição da data da eleição, era necessário tratar da composição da Comissão Eleitoral, conforme previsto no Artigo 26 da Resolução nº 363/2022-CAD/UEMA. Destacou que a comissão será responsável pela coordenação do processo eleitoral e pela definição das normas e procedimentos necessários à sua realização. Em seguida, apresentou os nomes indicados para compor a comissão: professora Camila Magalhães Silva, do Departamento de Engenharia de Pesca - CCA; professor Cláudio

Belmino Maia, do Departamento de Fitotecnia - CCA; e professor Wellington de Assunção, do Departamento de Engenharia de Produção - CCT. Por fim, esclareceu que a formalização da comissão ocorrerá por meio de portaria do Reitor, mas considerou importante submeter previamente os nomes à apreciação dos conselheiros, a fim de registrar a concordância do colegiado. O Presidente esclareceu que, nos termos do Regimento Eleitoral e da Resolução vigente, a Comissão Eleitoral será composta por cinco docentes, dois técnicos administrativos e dois discentes. Informou que a indicação de dois docentes e dois técnicos administrativos cabe às entidades representativas, enquanto três docentes são indicados pela Administração Superior. Quanto à representação discente, destacou que, diante da inexistência de Diretório Central dos Estudantes - DCE, constituído e de representantes estudantis no CONSUN, a PROEXAE realizará consulta aos Centros Acadêmicos para indicação dos respectivos membros. Esclareceu ainda que a apreciação prévia dos nomes pelo Conselho busca conferir maior transparência ao processo, embora a formalização da comissão ocorra posteriormente por meio de portaria. Ressaltou que os docentes indicados foram selecionados em razão da experiência em processos eleitorais, do conhecimento institucional e da disponibilidade para acompanhar todas as etapas do processo. Em seguida, foram submetidos à apreciação do Conselho os nomes da professora Camila Magalhães Silva, do professor Cláudio Belmino Maia e do professor Wellington de Assunção para comporem a Comissão Eleitoral, ressaltando-se que a comissão será posteriormente complementada com os demais representantes previstos no Regimento. _o conselheiro Douglas Sousa, questionou se os demais docentes que integrarão a Comissão Eleitoral seriam definidos naquela mesma sessão, observando a importância da participação de representantes dos campi do interior. Em resposta, o Presidente esclareceu que os dois docentes restantes serão indicados pela entidade de classe competente, conforme previsto no Regimento Eleitoral. Destacou ainda que a escolha dos três nomes apresentados levou em consideração a experiência dos indicados e a necessidade de disponibilidade para atuação presencial durante todo o processo eleitoral, uma vez que as atividades da Comissão exigem reuniões e deliberações presenciais em São Luís. O Presidente ressaltou que, embora a eleição seja realizada de forma eletrônica, os trabalhos da Comissão Eleitoral ainda ocorrem presencialmente, conforme estabelecido nas normas vigentes. Ao final, o conselheiro Douglas deu-se por esclarecido, e foi sugerido que o professor Porfírio Guerra, em razão de sua experiência em processos eleitorais anteriores, pudesse posteriormente prestar esclarecimentos sobre a dinâmica de funcionamento da Comissão Eleitoral. A conselheira Regina Célia solicitou a identificação dos departamentos e centros dos docentes indicados para compor a Comissão Eleitoral. Em resposta, foi informado que a professora Camila Magalhães Silva e o professor Cláudio Belmino pertencem ao CCA, enquanto o professor Wellington de Assunção é vinculado ao CCT. Na sequência, a conselheira sugeriu que, por ocasião da indicação dos demais membros pela APRUEMA, fosse considerada a representatividade de outros centros da Universidade. O Presidente esclareceu que essa definição compete à entidade responsável pela indicação, não sendo possível impor tal critério formalmente. Ressaltou ainda que, em razão da natureza eletrônica do processo eleitoral, seria desejável contar com integrantes que possuam familiaridade com as questões tecnológicas envolvidas. Informou também que os trabalhos da Comissão Eleitoral exigem participação presencial, conforme previsto nas normas vigentes, o que constitui um dos fatores considerados na composição do grupo. Por fim, ficou registrado que a sugestão de ampliação da representatividade dos centros poderia ser encaminhada informalmente à entidade responsável pelas indicações. _o conselheiro Fernando Lima destacou a relevância e a complexidade dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Eleitoral, ressaltando que, embora não tenha participado diretamente de processos anteriores, acompanhou sua condução. Em seguida, observou que o Regimento Eleitoral estabelece que as entidades de classe devem indicar seus representantes no prazo de cinco dias úteis, contados a partir da solicitação formal, sem determinar critérios relacionados ao centro, departamento ou curso de origem dos indicados. O Presidente, concordou com a observação e ressaltou que, apesar de não haver exigência regimental nesse sentido, é desejável buscar uma composição que contemple diferentes centros e, sempre que possível, representantes dos *campi*. Destacou, contudo, que a participação na Comissão Eleitoral exige disponibilidade para atuação presencial em São Luís durante todo o período do processo, o que constitui um fator relevante na escolha dos membros. Por fim,

registrou-se a sugestão de que, futuramente, sejam avaliadas alternativas que ampliem a participação de docentes do interior na composição da Comissão Eleitoral, observadas as condições necessárias para o desempenho das atividades previstas. O conselheiro Francenilson Moraes, destacou a importância de que a Comissão Eleitoral conte com integrante que possua conhecimento na área de tecnologia da informação, lembrando as dificuldades enfrentadas durante a primeira eleição eletrônica da Universidade. Ressaltou que a presença de um profissional com experiência nessa área pode contribuir para a condução segura e eficiente do processo. Em seguida, registrou reconhecimento ao professor Porfírio pela participação em processos eleitorais anteriores e pela colaboração prestada à Universidade. Não havendo novas manifestações, o Presidente devolveu a palavra ao professor Thiago, que confirmou a indicação da professora Camila Magalhães Silva, do professor Cláudio Belmino Maia e do professor Wellington de Assunção para comporem a Comissão Eleitoral. Submetida a matéria à votação, foram aprovadas a realização da eleição no dia 14 de setembro e a indicação dos docentes apresentados para integrarem a Comissão Eleitoral, não havendo manifestações contrárias. Homologado. E não havendo nada mais a tratar, o Magnífico Reitor Professor Dr. Walter Canales Sant'Ana, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, e eu, Jorge Lima de Melo, Secretário de Órgãos Colegiados Superiores da UEMA lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e por quem de direito, em São Luís, 25 de junho de 2026.

Atenciosamente,

JORGE LIMA DE MELO
SECRETÁRIO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Avenida Lourenço Vieira da Silva, 1.000 - Cidade Universitária Paulo VI - Bairro Jardim São Cristóvão. São Luís - MA
- CEP 65055-310
- <https://www.uema.br/>



Documento assinado eletronicamente por **JORGE LIMA DE MELO, SECRETÁRIO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**, em 06/07/2026, às 12:57, conforme art. 4º da Lei Federal nº 14.063.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ma.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **015867990** e o código CRC **756172E7**.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO-UEMA

Homologação de Resolução

SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS -
UEMA

ATA nº 176/2026-CONSUN/UEMA

HOMOLOGADA

44ª Reunião Extraordinária do Conselho
Universitário - CONSUN

Em 06 de julho de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **JORGE LIMA DE MELO, SECRETÁRIO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**, em 06/07/2026, às 13:03, conforme art. 4º da Lei Federal nº 14.063.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ma.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **015868101** e o código CRC **BEB998AF**.